

Juntos em direção ao futuro



CARTA DOS GOVERNADORES

CARTA DO RIO DE JANEIRO

14ª Edição do Consórcio de Integração Sul e Sudeste – COSUD

Reunidos na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2025, os governadores dos Estados das regiões Sul e Sudeste, responsáveis por mais de metade da população brasileira e por mais de 70% da produção econômica do país, reafirmam seu compromisso histórico com a cooperação, com a inovação das políticas públicas e com a construção de soluções conjuntas frente aos desafios que ultrapassam fronteiras estaduais. Inspirados pelo espírito de integração que deu origem ao COSUD, renovamos nossa convicção de que somente uma atuação coordenada entre os Estados, respeitando a diversidade regional, poderá garantir avanços concretos e sustentáveis em benefício de toda a população brasileira.

Nesta 14ª edição, a segurança pública foi tratada como uma prioridade absoluta, com foco no enfrentamento das facções criminosas que expandem sua atuação em escala interestadual e transnacional. O país vive uma nova e grave configuração do crime organizado, marcada pelo uso de estruturas cada vez mais sofisticadas, pela conquista de territórios, pela mobilidade entre Estados e pela utilização de redes de financiamento e lavagem de dinheiro. Diante deste cenário, é imperativo adotar mecanismos permanentes de ação integrada entre União e Estados. A falta de coordenação nacional, combinada à ausência de um financiamento estável e previsível para segurança, compromete a eficácia das iniciativas estaduais e cria distorções que favorecem a consolidação dessas organizações criminosas.

Nesta edição, os governadores - diante das deficiências e limitações estruturais dos sistemas e bancos de dados nacionais - reafirmam o compromisso de, por meio dos órgãos de governança do COSUD, aperfeiçoar mecanismos interestaduais de integração tecnológica e operacional de dados, informações e sistemas utilizados pelas forças policiais para o planejamento e combate a criminalidade, em especial no que diz respeito à recuperação de ativos de organizações criminosas para reinvestimento nas forças policiais estaduais, ao combate a cadeia logística dos crimes relacionados aos roubos e furtos de celulares e à interoperabilidade entre os sistemas estaduais de identificação multibiométricos de criminosos.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

Os Estados defendem que todo debate nacional sobre segurança pública - inclusive a tramitação da PEC 18/2025 (PEC da Segurança) - deve assegurar a participação plena dos governadores, que são diretamente responsáveis pela execução do policiamento, das investigações, da custódia e da administração prisional em seus territórios. A preservação da autonomia das polícias estaduais, a garantia de que estas permaneçam subordinadas aos governadores e a criação de um modelo de compensação financeira para os Estados, que mobilizam recursos próprios no enfrentamento de crimes federais, são condições essenciais para assegurar um sistema equilibrado, moderno e eficaz. Atualmente, o Congresso Nacional discute o Marco Legal do Combate ao Crime Organizado. Além do aumento de penas, criação de novos tipos penais e previsão de ações civis para o perdimento de bens, o debate concentra-se especialmente em medidas para a asfixia econômica das facções. Nesse contexto, a recuperação de ativos, tem se mostrado um eficiente meio de interrupção do fluxo financeiro das organizações criminosas. Entretanto, a atual sistemática - que destina todos os valores oriundos de investigações estaduais a um fundo federal - deturpa o princípio republicano. A inovação proposta pela Câmara dos Deputados, ao prever que tais valores sejam destinados aos respectivos estados, além de corrigir essa injustiça, incentiva novas operações e fortalece as instituições locais que arcaram com os altos custos do combate ao crime organizado.

Os governadores também defendem medidas para destinação de parte da arrecadação da taxação das apostas (bets) ao financiamento de políticas de segurança pública, para capacitar e ampliar a capacidade operacional dos Estados, diminuindo a dependência de repasses eventuais do orçamento federal.

Os governadores defendem ainda que o ordenamento jurídico brasileiro precisa ser aperfeiçoado, com ajustes na legislação penal e processual penal, para permitir a punição mais eficaz a crimes de grande potencial ofensivo, como o tráfico de armas de guerra e a liderança de facções de dentro do sistema prisional, bem como coibir a múltipla reincidência violenta e a utilização de redes clandestinas de lavagem de dinheiro.

Reforçamos a necessidade de mecanismos de financiamento estável, contínuo e suficiente para as políticas de segurança pública. O modelo atual, baseado em editais, projetos e repasses pontuais, não atende às necessidades reais dos Estados, sobretudo diante da evolução tecnológica e da crescente sofisticação das organizações criminosas. Sugerimos, também, a criação de linhas permanentes de financiamento por meio do BNDES, direcionadas à aquisição de tecnologia, inteligência, digitalização de dados, sistemas de monitoramento e cercos eletrônicos, com vista à modernização da segurança pública estadual.

CARTA DO RIO DE JANEIRO

A integração tecnológica e de inteligência entre os Estados foi identificada como um dos pilares para a construção de uma política de segurança robusta no médio e longo prazo. Comprometemo-nos a avançar na construção de plataformas interoperáveis de dados criminais, georreferenciamento, inteligência policial e compartilhamento de informações entre Estados, fortalecendo a capacidade coletiva de identificar rotas de facções, movimentações suspeitas, fluxos financeiros e redes de lavagem de dinheiro. Essa infraestrutura digital, associada à experiência já consolidada em diversos Estados, poderá servir de referência para a formulação de uma política nacional de integração de dados de segurança pública.

Manifestamos também nossa preocupação com lacunas federativas que fragilizam o combate ao crime organizado: a insuficiência de ações permanentes e eficientes nas fronteiras nacionais; a morosidade na modernização da legislação federal; a dificuldade de integração plena entre os bancos de dados da União e dos Estados; e a falta de políticas estruturadas de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento de facções. É essencial que o governo federal assuma papel mais ativo e coordenado nessas frentes, atuando de forma complementar - e nunca substitutiva - ao esforço dos Estados para proteger suas populações.

Por fim, reafirmamos que a segurança pública, a integridade federativa e a construção de políticas eficazes constituem responsabilidades comuns, que exigem colaboração, diálogo constante e respeito absoluto às competências constitucionais. O COSUD ratifica sua disposição de trabalhar de forma unida por um Brasil mais seguro, mais justo e mais integrado, e ressalta que somente a união de esforços entre Estados, União e sociedade permitirá transformar diretrizes em resultados concretos que beneficiem milhões de brasileiros.

Ao término deste encontro, elegemos, por unanimidade, o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, para assumir a presidência do Consórcio de Integração Sul e Sudeste.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 2025

CARTA DO RIO DE JANEIRO

Cláudio Castro
Governador do Rio de Janeiro

Tarcísio de Freitas
Governador de São Paulo

Romeu Zema
Governador de Minas Gerais

Renato Casagrande
Governador do Espírito Santo

Eduardo Leite
Governador do Rio Grande do Sul

Jorginho Mello
Governador de Santa Catarina

Carlos Massa Ratinho Júnior
Governador do Paraná